



**Estratégia**  
CONCURSOS

**11 Dias de Simulados Abertos**

**PCDF**

**Legislação Penal Extravagante**



# Simulado Especial

## Simulado PCDF – Legislação Penal Extravagante

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PCDF;
- 2 – A prova contém 20 questões que abordam temas de Legislação Penal Extravagante cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Marcos Girão com base no perfil da banca organizadora Cespe, certo/errado.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 6 – A partir das 19h, o Prof. Marcos Girão iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube. Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PCDF-27-10>**

- 01 –  C  E
- 02 –  C  E
- 03 –  C  E
- 04 –  C  E
- 05 –  C  E
- 06 –  C  E
- 07 –  C  E
- 08 –  C  E
- 09 –  C  E
- 10 –  C  E
- 11 –  C  E
- 12 –  C  E
- 13 –  C  E
- 14 –  C  E
- 15 –  C  E
- 16 –  C  E
- 17 –  C  E
- 18 –  C  E
- 19 –  C  E
- 20 –  C  E

**LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE**

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei nº 4.898/1965 - Lei de Abuso de Autoridade:

- 01.** Aquele que foi vítima do abuso de autoridade poderá representar a suposta autoridade culpada, dirigindo petição a qualquer órgão do Ministério Público, independentemente da competência daquela Instituição para iniciar o processo junto à autoridade culpada.
- 02.** Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de cinco a dez anos.
- 03. Situação hipotética.** Jorge, 18 anos, grava dois filmes com sua namorada, Júlia, de 17 anos. O primeiro, com cenas pornográficas da adolescente, e o segundo, com cenas de sexo explícito em que ele participa, ambos com o consentimento dela. Passados quatro meses da gravação, o relacionamento termina e Jorge mantém os vídeos armazenados em seu aparelho celular. Ayrton, primo de Jorge, pega o telefone e transmite o vídeo com as cenas pornográficas da adolescente para Jean, que, ao abri-lo, apaga o conteúdo imediatamente de seu telefone. **Assertiva.** De acordo com os dados do problema e os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que Jean praticou crime, pois chegou a abrir o vídeo.
- 04.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) considera crime a conduta de corromper ou facilitar a corrupção de menor de dezoito anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la. A respeito desse tipo penal e à luz do que dispõe os Tribunais Superiores, trata-se de modalidade de crime material, qualificado com a efetiva corrupção da criança ou do adolescente.
- Julgue os itens a seguir, de acordo com o a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.
- 05.** Constitui crime contra a ordem tributária, identificar alternativas ou lacunas na lei, antes da ocorrência do fato gerador, que permitam realizar as operações de maneira menos onerosa possível ao contribuinte, do ponto de vista tributário.
- 06.** No tocante aos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, previstos na Lei nº 8.137/90, o pagamento integral do tributo, a qualquer tempo, determina o encerramento da investigação policial ou do curso da ação penal em virtude da extinção da punibilidade.

De acordo com os ditames da norma brasileira que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, mais conhecida como Lei Maria da Penha:

- 07.** Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dentre outras medidas, conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis; e determinar a apreensão imediata do porte de arma de fogo do agressor.
- 08.** A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição. Para tanto, ela precisará necessariamente apresentar os documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.
- As assertivas a seguir foram construídas com base no regramento estabelecido pelo Estatuto do Desarmamento, Lei Federal nº 10.826/2003. Julgue-os.
- 09.** Se o objeto mediante o qual for praticado o crime de posse de arma de fogo for uma arma de fogo com numeração suprimida pelo sujeito, ocorrerá um concurso formal de delitos entre a posse e a supressão.
- 10.** O crime de disparo de arma de fogo se configura na modalidade preterdolosa se for praticado como meio para a execução de um homicídio.
- Julgue os itens subsecutivos à luz do regramento estabelecido pela Lei Antidrogas e o entendimento dos Tribunais Superiores a respeito do tema.
- 11.** Condenação anterior por delito de porte de substância entorpecente para consumo próprio não faz incidir a circunstância agravante relativa à reincidência, ainda que não tenham decorrido cinco anos entre a condenação e a infração penal posterior.
- 12.** O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes de tráfico de drogas, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma da legislação processual penal brasileira.

**13.** Considere as seguintes hipóteses.

- I. O reeducando “Bunitão” foi condenado a uma pena de 5 anos de reclusão. Durante o gozo do livramento condicional, foi preso por uma segunda condenação de mais 5 anos, transitada em julgado, pela prática de crime doloso ocorrido antes da vigência do livramento.
- II. O reeducando “Das Tapioca” foi condenado a uma pena de 5 anos de reclusão. Enquanto cumpria a pena no regime aberto, em prisão domiciliar, praticou novo crime doloso, tendo sido condenado pela segunda vez a outra pena de mais 5 anos, por sentença transitada em julgado.

**Assertiva.** Considerando o que regula a Lei nº 7.210/1984, Lei de Execução Penal, sobre o efeito das novas condenações em relação ao tempo em que os reeducandos “Bunitão” e “Das Tapioca” estiveram soltos em razão do livramento condicional e da prisão domiciliar, é correto afirmar que o(s) ambos conservarão como tempo de pena efetivamente cumprida o período em que ficaram soltos, em livramento condicional e em prisão domiciliar, respectivamente.

**14. Situação hipotética.** Mediante a ocorrência de uma discussão entre um cidadão e o porteiro de um edifício, esse porteiro solicitou um documento de identificação ao cidadão que lhe enfrentara verbalmente. O cidadão entregou-lhe uma fotocópia autenticada de seu comprovante de quitação com o serviço militar. O porteiro, então, reteve esse documento por 10 dias, quando o cidadão compareceu para buscá-lo. **Assertiva.** De acordo com a Lei nº 5.553/1968, o porteiro realizou ato ilícito, pois reteve um documento de identificação pessoal apresentado por fotocópia autenticada.

**15.** Considere o seguinte caso hipotético.

A velocidade máxima permitida na Rua Alfa é de 50 Km/h. Beta, conduzindo seu veículo a 120 Km/h pela Rua Alfa, atropela Gama, provocando-lhe lesões corporais. Diante do exposto e considerando que Alfa cometeu um crime culposos de trânsito nos termos da Lei nº 9.503/1997, é correto afirmar que a conduta de Alfa tipifica o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de ação penal pública condicionada e com possibilidade de aplicação da transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.

**16. Situação hipotética.** Dois motoristas, Pedro e José, foram levados à central de flagrantes da polícia civil após terem sido parados em uma blitz no trânsito. Segundo a polícia civil, Pedro, de trinta e dois anos de idade, foi submetido ao teste do bafômetro, durante a blitz, e o resultado mostrou 0,68 miligramas de álcool por litro de ar expelido. Ele pagou fiança e deverá responder em liberdade por crime de trânsito. Conforme os policiais, José, de vinte e dois anos de idade, se recusou a submeter-se ao teste do bafômetro, mas o médico legista do Instituto Médico Legal (IML) que o examinou comprovou alteração da capacidade

psicomotora em razão do consumo de substância psicoativa que determina dependência. José também pagou fiança para ser liberado. **Assertiva.** A conduta de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de substância psicoativa que não seja bebida alcóolica não está prevista como crime no Código de Trânsito Brasileiro e José, ao se recusar a fazer o teste do bafômetro, cometeu infração administrativa, mas não crime.

**17. Situação hipotética.** O criminoso Equismen, integrante de uma determinada organização criminosa, após a sentença que o condenou pela prática do crime, decide voluntariamente e na presença de seu defensor, colaborar com as investigações. Nas suas declarações, Equismen revela toda a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização. Alguns dias após, arrepende-se e decide retratar-se das declarações prestadas. **Assertiva.** Nos termos da Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que na hipótese de retratação, as provas produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas em seu desfavor, mas apenas em detrimento dos interesses dos coautores e partícipes.

**18. Situação hipotética.** Diôquer vinha sendo investigado pela prática de crime de organização criminosa. Durante os atos de investigação, agentes da Polícia Civil descobriram que ele realizaria ação no exercício da atividade criminosa da organização que deixaria clara a situação de flagrante e permitiria a obtenção de provas. Todavia, a investigação também indicava que nos dias seguintes outros atos do grupo criminoso seriam praticados por Diôquer, o que permitiria a identificação de outros envolvidos na organização. Diante disso, a autoridade policial determina diretamente e em sigilo que ocorra ação controlada, comunicando apenas ao Ministério Público, retardando a intervenção policial para que a medida se concretizasse de forma mais eficaz à formação da prova e obtenção de informações

**Assertiva.** Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Diôquer poderá buscar a invalidade da chamada “ação controlada”, porque não foi deferido acesso aos autos, antes do encerramento da diligência, à defesa técnica, mas tão só ao Ministério Público e ao delegado.

**19. Situação hipotética.** Valdisney mora num município paupérrimo, sendo que sua família vive em estado de miserabilidade. Para saciar a fome de sua família, andou por mais de 40 quilômetros até a beira de um rio, e no limite de suas forças conseguiu caçar um jacaré, que está ameaçado de extinção. Ao levar o animal para sua casa, foi abordado pela polícia local. **Assertiva.** De acordo com a interpretação gramatical da legislação federal sobre o tema, é correto afirmar que o fato de o animal caçado ser ameaçado de extinção torna qualificado o crime cometido por Valdisney.

Julgue o item a seguir a respeito de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/86).

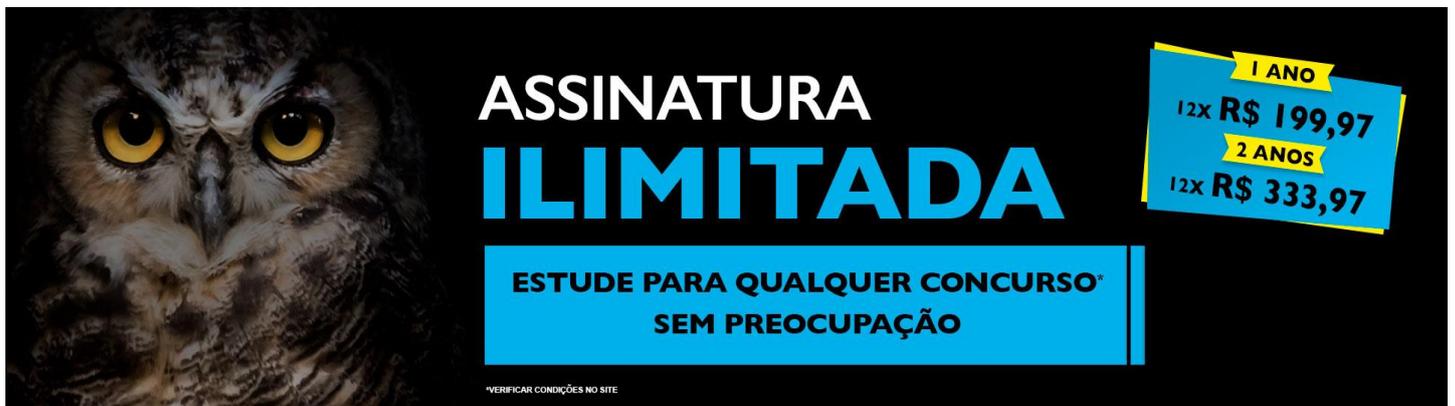
- 20.** Segundo entendimento do STF, a configuração do crime de evasão de divisas pressupõe a saída física de moeda nacional ou estrangeira do território nacional sem o conhecimento da Receita Federal do Brasil e do Banco Central do Brasil.

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PCDF-27-10>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE